



XXXII Encontro de Jovens Pesquisadores

e XIV Mostra Acadêmica de Inovação e Tecnologia



Bolsa BIC-UCS

A proteção das variedades vegetais por meio da legislação de cultivares e da propriedade industrial: análise e discussão do PL 3697/2023

Sigla do Projeto: CDB2

Autores: Bruna Parizotto (bolsista), Clóvis Malinverni da Silveira (orientador)



INTRODUÇÃO / OBJETIVO

A pesquisa tem como tema a análise do Projeto de Lei nº 3697/2023, que institui normas para as patentes geradas pela biotecnologia transgênica, como sementes e plantas.

O objetivo é analisar as disposições do projeto à luz das divergências existentes entre a Lei de Proteção de Cultivares e a Lei de Propriedade Industrial, quanto à proibição ou permissão de o produtor rural reservar as sementes transgênicas para replantio, sem ter que pagar *royalties*.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o estudo, foi utilizada a metodologia analítica bibliográfica e documental, tendo como fontes primárias o projeto de lei nº 3697/2023 a legislação nacional de cultivares (Lei 9.456/97) e de propriedade industrial (Lei 9.279/96); e como fonte secundária, artigos científicos e a bibliografia da matéria. Foram utilizadas bases de dados como *SciELO*, *Science Hub*, *Capes* e *Google Acadêmico*.

RESULTADOS

a) Por meio de uma reflexão de cunho jurídico, com suporte de elementos sociológicos, percebeu-se que tal antinomia tem feito parte da vida dos pequenos agricultores de soja, partes vulneráveis frente às grandes empresas de transgenia. Analisou-se, para tanto, os direitos do titular da patente e a necessidade de estímulos à inovação e novos negócios em setores como o agrícola, cujo uso da patente ajuda a fomentar as fontes de financiamento em pesquisa.

b) Verificou-se, nesse sentido, a necessidade do estabelecimento de padrões e princípios para a aplicação das normas de proteção de direitos de propriedade intelectual sobre as cultivares no Brasil, tendo em vista a riqueza da biodiversidade brasileira e sua importância econômica.

c) Observa-se que a falta de regramento sobre a matéria gera insegurança jurídica e pode, de alguma forma, vir a gerar práticas abusivas por parte das empresas de transgenia.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a pesquisa esteja em andamento, sustenta-se como hipótese, a partir dessas constatações, que o projeto de lei vem no sentido de traçar, dentre outros, limites para o exercício do direito material do titular da patente na área de biotecnologia transgênica.

Tais limites viriam a fim de garantir um ambiente concorrencial contra práticas abusivas que prejudicam o mercado dessas sementes, bem como tentar garantir mais transparência sobre as cobranças de *royalties*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Projeto de Lei 3697/2023:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegrada?codteor=2304619&filename=PL%203697/2023

Lei de Propriedade Industrial:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm

Lei de Proteção de Cultivares:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm

